

O acesso ao trabalho de imigrantes na Região Metropolitana de Londrina-PR: divergências e convergências

*Liria Maria Bettiol Lanza**
*Julia Ramalho Rodrigues***

1 INTRODUÇÃO

A temática da migração tem ocupado lugar de destaque frente às mudanças econômicas, políticas e sociais que afetam os países de forma generalizada. Todavia, não sendo um fenômeno recente, questões como os contextos restritivos das políticas migratórias, sobretudo dos países centrais no capitalismo, têm contribuído para uma alteração de fluxos no sentido Sul-Sul, em que o Brasil também está inserido. Assim, conforme Villen (2015, p. 253), uma das características marcantes de imigrantes é “a necessidade imediata, extrema e ininterrupta de trabalhar”, o que demarca a permanência da categoria trabalho enquanto necessária nas problematizações acerca dos mesmos.

Ao enfatizar o trabalho, corrobora-se com Harvey (2011) quando discute a atual segmentação geográfica dos mercados, associando a escassez de trabalho com a mobilidade dos trabalhadores e do capital. Diante disso, as migrações devem ser analisadas ao mesmo tempo como um processo e um produto social dessas relações, bem como são fundamentais para a perpetuação da dinâmica capitalista. Posto isso, afirma o autor que “a força de trabalho potencial, tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, orientação sexual e crença

** Assistente social e docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. Doutora em Serviço Social (PUC SP); líder do grupo de pesquisa (CNPq) “Serviço social e saúde: formação e exercício profissional” e coordenadora da pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: a construção do acesso as políticas de Seguridade Social” que conta com financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. E-mail: liriabettiol.j@gmail.com*

*** Assistente social, bolsista (CAPES) a nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Serviço social e saúde: formação e exercício profissional” e da pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: a construção do acesso as políticas de Seguridade Social”. E-mail: ramalhorodrigues.julia@gmail.com*

religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho” (HARVEY, 2011, p. 57). Estudos acerca do mundo do trabalho no Brasil já apontavam para essa configuração (ANTUNES, 2005) e com a chegada recente de novos imigrantes adensam velhos problemas (VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015) que se entrecruzam no que diz respeito ao acesso ao trabalho desses homens e mulheres. Ademais, a busca pelo trabalho produziu uma “desconcentração” dos imigrantes no país, anteriormente presentes, principalmente, nas capitais e metrópoles, e que agora também podem ser encontrados no interior do país.

Desde 2012, a Região Metropolitana de Londrina-PR tem recebido imigrantes de fluxos diversificados, o que representa um desafio qualitativo, tanto para os estudos quanto para as ações de inserção social e acesso aos direitos desses homens e mulheres. Nesse sentido, a reflexões apresentadas partem da centralidade do trabalho e seus desdobramentos, objetivos e subjetivos, no contexto de crise econômica porque passa o Brasil, desde 2015, imerso na crise estrutural do capital de que fala Mézaros (2009).

Os eixos analíticos propostos neste texto são as divergências e convergências em relação ao trabalho e identificadas a partir da realidade laboral dos informantes da pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: construção do acesso às políticas de Seguridade Social” e que possibilitou entrevistas com imigrantes: um haitiano que trabalha na construção civil; um bengalês que atua no setor de couro e um colombiano que é proprietário de um estabelecimento comercial no setor de alimentação. Já as mulheres entrevistadas foram: uma haitiana que trabalha como treinadora em um frigorífico de abate de aves e uma bengalesa que se encontrava desempregada. A escolha dos sujeitos teve como critério, a representatividade dos mesmos junto aos demais imigrantes de sua nacionalidade, buscando além de suas opiniões e experiências particulares, aspectos coletivos dos grupos¹.

A fim de cumprir o objetivo proposto, o artigo foi estruturado em duas seções. Na primeira, a temática do mundo do trabalho foi apresentada, procurando problematizar as transformações em seu interior, bem como as limitações em torno da problematização dos imigrantes enquanto classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009). A segunda seção foi subdividida entre as divergências e convergências, vistas como similaridades, nas reflexões dos imigrantes sobre o trabalho. Sendo assim, nas considerações finais, os resultados apontados auxiliam na identificação das dificuldades, desafios e resistências necessárias de inserção qualificada e digna dos imigrantes trabalhadores no Brasil, a partir da região estudada.

2 TRABALHO E IMIGRAÇÃO: ENTRE O IMAGINADO E O VIVIDO

“porque estou aqui ainda em serviços gerais, isso não é discriminação? Me fala o que preciso mais fazer? Se eu fui lá, pegando a prova junto com todo mundo, quando a gente passou na prova, você falou que tá cancelado a vaga, depois de um mês eu vejo as pessoas na vaga trabalhando, que significa isso?” (Trabalhadora Haitiana)

A escolha do depoimento como epígrafe dessa seção evidencia a particularidade do trabalhador imigrante nos territórios laborais. A discriminação e os mitos em torno dessa força de trabalho, se reatualiza cotidianamente, posto suas raízes profundas, como se verá a seguir. Antes de mais nada, é preciso pontuar que, para os imigrantes recentes, sujeitos desse estudo, o trabalho é um fator determinante na sua vida, mesmo que outras necessidades ou aspirações estejam presentes em seus discursos, como habitação digna, acesso ao ensino superior e, entre outras, sua ausência ou precariedade são limitadores objetivos à todas elas. Não há saída ou outra possibilidade para esse grupo, senão a inserção no mundo do trabalho. Por isso, parece redundante apontar que, qualquer trabalho e qualquer salário são as condições impostas a esses trabalhadores. Atributos como disposição, dedicação, capacidade de aprender e adequação às normas e rotinas sobrepõem-se as inúmeras habilidades profissionais que trazem de seus países originários e que, muitas vezes, são ignoradas e desperdiçadas no Brasil.

As causas desses fatos relacionados ao trabalho dos imigrantes, exaustivamente conhecidas e similares em todo o globo, são também de ordem geral. Marx e Engels (2000) tematizaram acerca do processo de subordinação do trabalho ao capital, expresso na questão social. A crescente divisão social do trabalho e a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida no capitalismo afetam a força de trabalho e os países conforme sua posição mundial na economia. De tal modo que inúmeras estratégias obtiveram sempre o mesmo objetivo ao longo da história: o aumento da produção, e conseqüentemente seu lucro e o controle da força de trabalho. Em escala global, as últimas décadas do século XX e o primeiro quadrante do século XXI, no contexto da acumulação flexível e da reestruturação produtiva (HARVEY, 1998), produziram profundas alterações na esfera econômica – como a sua financeirização –, e no mundo do trabalho em sua totalidade. A flexibilidade da produção, produtos, consumo, mercados e da própria organização do trabalho intensifica a mobilidade humana (AGUILAR et al., 2018), que é constituinte do modo de produção capitalista em suas bases escravocratas, colonialistas e imperialistas.

Não há nenhuma novidade no processo como um todo, isto é, a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham, mas sua atualidade está na transformação das identidades sociais, em particular devido às mudanças provocadas pela ênfase na informação e no conhecimento, diferentemente do que predominava até então, quando o centro geográfico da economia se assentava nas matérias-primas e bens de capital (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 83).

O pensamento do autor é oportuno para problematizar a complexidade nas análises atuais acerca do trabalho e da classe trabalhadora. Ao tratar de forma genérica os diferentes países originários dos imigrantes dessa pesquisa,

parte-se de um ponto comum que é sua origem latina e caribenha. Nesse sentido, recorre-se à Brandão (2017, p. 8) na explicação do porquê, nesse continente, não foi possível uma “plena constituição da escala nacional”, ou seja, a constituição de seus Estados-nação.

Segundo essa interpretação, o caráter restrito, parcial e de incompletude das forças produtivas nacionais, com uma oferta ilimitada de mão de obra destituída de direitos, que formava uma massa marginalizada nos espaços urbanos precarizados, dentre outras características da condição periférica-dependente, e tornava esses espaços nacionais quase meros prolongamentos e apêndices do espaço econômico dos países desenvolvidos (BRANDÃO, 2017, p. 8).

O colonialismo com suas diversas formas de expropriação da riqueza e uso da violência marca a história de muitos países latino-americanos e do Caribe. A migração pode ser entendida nesses marcos como um dos produtos dessas relações opressoras entre metrópole e colônia. Políticas migratórias ativas dos Estados, ordenando, selecionando e disciplinando a mobilidade humana foram uma realidade intransponível nesses territórios durante muitos anos.

No entanto, como enfatizava Sayad (1998), pela migração podemos entender a vida social. Assim, a direção dos fluxos migratórios SUL-SUL, reflexo da geopolítica mundial orquestrada pelas finanças internacionalizadas, é emblemática. Se, por um lado, o Brasil como sociedade receptora, ao longo de sua história não resolveu questões dorsais como a racial e o desemprego, figurando-se como um Estado de direito abstrato para a maior parte de sua população – visível pela concentração de renda e riqueza, fonte da permanente desigualdade social –, por outro, nos últimos anos passa a receber imigrantes provenientes de países com condições econômicas, políticas e sociais similares ou inferiores, conforme salientou Villen (2015), e que tem o trabalho como determinante em seu cotidiano.

Alguns autores se ocuparam em analisar o mundo do trabalho na atualidade (ANTUNES, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009) e a dificuldade da classe trabalhadora de se organizar em torno de um projeto radical que vislumbre outra ordem social, mediante aspectos como a própria lógica de acumulação atual que potencializa a exploração, sucumbe a atividade produtiva em prol de finanças, assim como captura a subjetividade do trabalhador (ALVES, 2000) frente à nova organização do trabalho. Todos esses elementos afetam o trabalhador imigrante de forma particular. Retomando Sayad (1998), embora o imigrante seja antes de tudo uma força de trabalho, ele não se parece em nada com os outros. O pensamento do autor não reduz a condição genérica de “força de trabalho”, mas indica outras esferas da vida social que são barreiras para seu efetivo pertencimento de classe. Uma primeira delas remete à própria visão economicista sobre o imigrante que retira dele suas dimensões política e subjetiva.

A venda da força de trabalho como condição primeira à reprodução deve ser mediada por outras vertentes desses trabalhadores. Muitos imigrantes, possuem compromissos econômicos com entes queridos (familiares, parentes e amigos) que ficam em suas regiões de origem. Os haitianos, sobretudo, demonstram isso. São famílias separadas, além da educação, alimentação e saúde dependentes dos que aqui estão, como expressa o depoimento de uma mulher imigrante *“Você vai ver que eu deixei esses quatro filhos lá, você vai me dar um caminhão de comida, cada vez que eu vou comer pensando que ele [não] tá comendo muito lá.... que eu vou aceitar?”*. São territórios de guerra e perseguição, que os pressionam e os impedem de refutar a superexploração. Dessa forma, são imigrantes proibidos de voltar à sua terra natal e por isso, apesar de suas precárias condições de vida e trabalho no Brasil, é comum a chegada de novos imigrantes, familiares ou não, já que em muitos desses países, a vida se torna insuportável, bem como um trânsito migratório que não cessa. Sayad (1998) alertava para esse duplo do imigrante e suas consequências, sobretudo, quanto à sua provisoriamente definitiva. Nunca pertencer a lugar algum, os vínculos rompidos e as susceptíveis ofensivas do capital sobre o trabalho diante da crise estrutural impedem qualquer filiação duradoura. Ao mesmo tempo, as redes sociais os conectam com outros imigrantes no mundo todo, fazendo circular informações acerca da moeda, dos postos de trabalho disponíveis, dos salários, dentre outros, e assim retroalimentam os fluxos.

Esse parece ser o caso da região estudada. Embora figure entre uma das mais ativas economicamente no Paraná, com saldo positivo de empregos com carteira assinada, muitos imigrantes encontram dificuldades de serem contratados. Todavia, é uma rota atrativa, mas que também sofreu os impactos da crise política e econômica que se agravou no país desde 2014, expressa na queda de aproximadamente 09% do produto *per capita* brasileiro no período de 2014 a 2016 (BARBOSA FILHO, 2017). Empresas foram fechadas, postos de trabalho perdidos, queda no consumo, entre outros, afetaram a empregabilidade da população de forma geral. Diante disso, muitos imigrantes deixaram a região. Mas, paradoxalmente, outros chegaram. De acordo com Saris (2018), há cerca de 780 imigrantes com carteira assinada nas cidades da Região Metropolitana de Londrina, sendo que na cidade sede, Londrina, foram identificados 239 haitianos, 23 colombianos e 19 bengaleses na mesma condição laboral. À semelhança dos achados da pesquisa, Saris (2018) apresentou histórias bem sucedidas de empregabilidade, mas também relatos de exploração e esgotamento físico e mental de trabalhador.

Na realidade investigada, mantém-se a perspectiva marxista de que adequadas condições objetivas de vida são fundamentais para qualquer perspectiva de mudança e transformação social. Nesse sentido, nota-se uma crescente pauperização da vida social desses homens e mulheres, quer seja pelas péssimas condições de habitação (casas com maior número de moradores que a capacidade habitacional) e de trabalho, fome e adoecimento. Em relação a esse

último ponto, os estudos evidenciam uma prevalência de doenças relacionadas ao trabalho. De oito mulheres haitianas empregadas que acessaram os serviços de saúde, seis exerciam atividades de esforço físico e com jornadas de trabalho extensas, como serviços de limpeza; frigorífico/desossa, além de depoimentos que permitem afirmar a existência de sofrimento mental, a ser melhor investigado (PESQUISA TRAJETÓRIAS, 2018).

Pode-se replicar que esses fatos também assolam os trabalhadores brasileiros, o que infelizmente é correto. No entanto, os fluxos migratórios em estudo, aos quais dedicamos maior profundidade, são portadores de traços étnicos, matrizes religiosas e culturais distintas de imigrações anteriores como a europeia na primeira metade do século XX. Do ponto de vista dos haitianos, apenas para exemplificar, reconhecidos por terem sido o primeiro projeto de constituição e independência de uma nação negra, são perturbados com o racismo sistêmico do Brasil. Diante disso, além da condição de imigrante, por si só estigmatizada, são imigrantes negros e sofrem os efeitos da lógica de inferioridade desse grupo em um país (Brasil) que não foi capaz de romper com a sua própria desigualdade racial histórica. Em estudo recente (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2018), identificou-se um aumento expressivo dos imigrantes “de cor preta e parda” que se inseriram no mercado formal de trabalho entre os anos de 2010-2017. No entanto, somente 4,4% foram classificados como qualificados em detrimento de 72,1% na mesma condição que eram de “cor branca”.

Por fim, embora seja uma imigração modesta, com menos de 1% de presença no país, a imigração atual possui particularidades que merecem ser melhor analisadas, envolvendo os interesses nacionais tanto do ponto de vista do Estado como do Mercado, sendo que o último tem relação direta com a inserção social e o acesso aos direitos sociais, sobretudo aos de Seguridade Social, conforme reflexões anteriores (BETTIOL LANZA; SANTOS; RODRIGUES, 2016). Dito isso, a entrada dos imigrantes vindos da periferia do sul global, legalmente permitida (autorizações e vistos), mas socialmente negligenciada pelos poderes públicos, a torna presa fácil da voracidade do capital em qualquer escala e território, como se verá na próxima seção em que, as cidades de médio e pequeno porte também passaram a fazer parte das rotas migratórias no Brasil e passaram a recompor as antigas imigrações, porém altamente diversificadas.

3 ACESSO DOS IMIGRANTES RESIDENTES AO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA/PR

Considerou-se oportuno apresentar uma caracterização dos atuais fluxos migratórios na Região Metropolitana de Londrina. De forma geral, confirmou-se a tendência nacional de fluxos migratórios diferenciados, não brancos, majoritariamente empobrecidos e diversos cultural e religiosamente. A fim de focar no objetivo proposto nesse artigo, apresenta-se somente os dados que dizem respeito ao trabalho. Sendo assim, pode-se aferir que os imigrantes que

acessam o trabalho são majoritariamente homens (67,5%), jovens em idade produtiva (entre 29 e 59 anos) e a maioria atribuiu a busca por trabalho como o maior motivo da imigração (50%), seguido de outras alternativas que têm relação imediata com a primeira (melhores condições de vida com 23,75%; questões políticas/econômicas com 23,75%).

No que se refere às dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, cerca de 45% dos sujeitos afirmaram que o idioma se apresenta como uma das principais dificuldades, seguido de “sem dificuldades” (22,5%), e, questões relacionadas ao trabalho, suas condições e seu acesso (20%).

Dos imigrantes entrevistados, 51,25% estavam inseridos no mercado de trabalho e destes; cerca de 85,36% possuíam registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e indicaram os frigoríficos de abate de aves (36%) como responsável pelos vínculos formais. Os demais se concentraram em trabalhos considerados como sendo de pouca qualificação, como pedreiros ou serventes, empregadas domésticas, auxiliares de produção e manutenção, dentre outros. Aqueles que estão na informalidade, concentram-se no desenvolvimento de atividades como coletores de materiais recicláveis e vendedores ambulantes. O maior número de desempregados é de haitianos residentes em municípios de pequeno porte da Região Metropolitana de Londrina.

Ao considerar os elementos indicados acima, pode-se afirmar que, embora sua representatividade numérica seja residual comparada com as metrópoles e capitais do país, os dilemas e obstáculos relacionados à inserção dos imigrantes ao mercado de trabalho formal mantém a mesma lógica. Na tentativa de aprofundar alguns desses elementos, conforme os eixos analíticos propostos, o foco das reflexões passou a ser divergências e convergências percebidas nas vivências dos imigrantes em relação ao trabalho.

3.1 As divergências entre os imigrantes no acesso ao trabalho

Partindo de uma compreensão da imigração na perspectiva marxista, a qual compreende o trabalho e seus determinantes econômicos como centralidade neste processo, entende-se necessário pensar a constituição das classes sociais no modo de produção capitalista. Desta maneira, um dado divergente identificado nas entrevistas foi a percepção dos imigrantes referente a sociedade brasileira e seu próprio processo migratório definido a partir de uma classe social. Nota-se que a diferença se sobressai em relação ao imigrante colombiano específico que se declara proprietário, possuindo seu próprio negócio, em contraponto com um imigrante haitiano que trabalha na construção civil, e, dois entrevistados, em frigorífico, sendo uma mulher haitiana e um homem bengalês. Mesmo que o trabalho se apresente como a principal causa da imigração para todos os entrevistados, a divergência em relação à condição de classe social fica em evidência quando se refere às políticas públicas e também às próprias condições de trabalho dos imigrantes.

A dificuldade de homogeneização em torno dos interesses classista pode ser explicada a partir das reflexões de Antunes (2011, p. 19) em torno da classe trabalhadora latino-americana. Para ele, “é importante destacar um traço particular na constituição da classe trabalhadora em nosso continente, muito diferente dos países de capitalismo central e hegemônico”. Deve-se ressaltar que, o autor já indicava a necessidade de ampliar o conceito, tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho. O que interessa pontuar é que os sujeitos de pesquisa reproduzem diversas maneiras de pensar a divisão da sociedade, sendo apenas uma delas a de classe, convivendo lado a lado com classificações por merecimento, pelas relações de poder, sendo o patriarcado melhor evidenciado. Dito de outra forma, ao contrário de uma pretensa consciência de classe que entende que as dimensões da divisão internacional do trabalho afetam a todos e demandam uma ação em escala global, os depoimentos reproduzem modos e pensamentos do discurso dominante do colonizador como a própria percepção do imigrante como um “outro”, um não-nacional que, portanto, é inferior e não possui os mesmos direitos.

“A desossa é o setor mais horrível do mundo/.../ os brasileiros não tão querendo desossar/.../. De um fator para eles, o haitiano tá precisando trabalhar, jogar eles em qualquer setor ficou bom, porque ele precisa trabalhar. Mas só que eles não pensam que haitiano são humanos também, o que os brasileiros temem, os haitianos podem temer também” (Imigrante haitiano operário em um frigorífico de abate de aves).

O contexto do relato acima permite identificar que dentro do próprio conjunto dos trabalhadores se repete a lógica mercantil em relação aos imigrantes e ao trabalho. A semelhança do estudo de Nunes (2018) sobre os imigrantes haitianos em Cascavel/PR, pode-se constatar a reprodução do ideário de inferioridade entre os trabalhadores brasileiros em relação a trabalhadores imigrantes, principalmente em relação aos que estão em postos de contratação, treinamento e supervisão das atividades produtivas. Como mão de obra barata e disponíveis, imigrantes são expostos e testados em situações laborais desumanas e comprometedoras da sua saúde física e mental.

Assim, esses trabalhadores não nacionais, que estão empregados e elevam as estatísticas nacionais de inserção no mercado de trabalho formal, estão desprotegidos e à mercê da própria sorte. Os empregadores, em geral, por sua posição de classe, se interessam pelo imigrante por questões óbvias, como será indicado no que diz respeito ao informante imigrante empregador. No entanto, deve-se pontuar que, um dos efeitos da crise econômica que o país atravessa dialoga com a precarização das condições de trabalho.

Pensadas no conjunto, tanto a PEC do teto dos gastos públicos (PEC 241 ou PEC 55), quanto a reforma trabalhista e a anunciada reforma da previdência social, tidas como “caminhos” para a reversão da crise (BARBOSA FILHO, 2017), formam um todo articulado que favorece a superexploração e a desproteção do trabalhador em âmbito geral, o que impõe também aos trabalhadores uma desorganização para proteger não só os postos de trabalho, mas a proteção social que consagra direitos trabalhistas e sociais em uma perspectiva integral com garantias de pleno acesso à saúde; segurança de garantia de renda como preconiza a política de assistência social, e seguridade social. No entanto, a lógica apresentada na análise do trabalho se reproduz no que diz respeito as demais políticas públicas. Como nexos explicativos, permanece intocada a relação entre o imigrante como um “estrangeiro” e um “não nacional”, conforme Sayad (1998) ao identificar a dupla ausência desses homens e mulheres nos diferentes territórios por onde circulam.

Nesse sentido, a forma ou a institucionalidade da política migratória estatal revela outro aspecto das relações de poder entre os Estados, mas também questões profundas como os ideários de justiça social e de democracia. Cabe notar que tais ideários são burgueses e, portanto, necessitam ser radicalmente ressignificados, pois são fundamentais no debate sobre direitos sociais. Posto isso, o debate acerca da classe social dos imigrantes pode deseconomicizar e repolitizar o debate sobre imigração, considerando o caráter de duplicidade que envolve o corpo e o espírito do imigrante e, assim, permitir vislumbrar traços do colonialismo e conseqüentemente do racismo, no interior da classe trabalhadora, que devem ser melhor examinados.

Outra questão, identificada como divergente, foi a baixa inserção das mulheres ao mundo do trabalho, fato compreendido a partir da divisão sexual do trabalho que efetiva a exploração do capital de forma mais intensa nas mulheres. Nesta lógica, se reafirma a posição social que as mulheres ocupam, sendo direcionadas para atribuições no âmbito privado da vida social como os trabalhos domésticos e, em contraponto, aos homens cujos trabalhos lhes atribuídos estão na esfera pública (KERGOAT, 2009). A partir dos dados coletados pela pesquisa, as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho representam cerca 31%, sendo que todas estas possuem registro na Carteira de Trabalho. Porém, se faz importante sinalizar que as ocupações destas imigrantes se dão principalmente no âmbito doméstico, serviços gerais de limpeza, frigoríficos de abate de frango, além de trabalhos vinculados ao mercado de cuidado, especialmente cuidados com crianças, enfermos ou pessoas idosas.

Porém, há um agravante cultural apresentado pelos imigrantes entrevistados, visto que, em sua maioria, historicamente, as mulheres participam do projeto migratório enquanto um projeto familiar, ainda que não sejam protagonistas diretas da migração. Contudo, os dados da presente pesquisa ilustram uma alteração no perfil das mulheres, uma vez que 48% delas, sujeitas desta pesquisa, vivenciaram o fluxo migratório sozinhas, tendo como objetivo principal

o trabalho. Assim, se deslocando sem acompanhante e não tendo o objetivo da reunião familiar, essas mulheres se apresentam, no caso em análise, como protagonistas. Porém, mesmo a realidade das mulheres migrantes estando em constante movimento e alteração, elas ainda sofrem, cotidianamente, diversas formas de expressões de violência de gênero, machismo, discriminação sexual etc. típicas das sociedades patriarcais e da divisão sexual do trabalho.

Os sujeitos desta pesquisa apresentaram compreensões ancoradas na religião acerca do papel da mulher na sociedade, em relação ao trabalho e a própria família. Nesse sentido, a responsabilização das mulheres no âmbito privado interfere diretamente no acesso ao trabalho, visto que, em sua maioria, elas não possuem convivência social com brasileiros e, em consequência, resulta maior dificuldade para o aprendizado do idioma português. A haitiana informante desta pesquisa relatou que há certas ocupações de trabalho destinadas para a mulher, que corresponde a trabalho no âmbito doméstico e do cuidado, uma vez que *“a mulher não pode ficar fazendo esse movimento [contrair o abdômen para carregar peso], porque a mulher vai ficar grávida, entendeu? A mulher não só trabalha, mas gera filho”* (Imigrante haitiana trabalhadora em frigorífico abatedouro de aves).

Ainda neste sentido, as migrantes notaram as diferentes faces de vivência do que é “ser mulher” a partir da experiência migratória, visto que o papel social da mulher no Brasil se difere ao Haiti e em outros países. Assim, as mulheres migrantes possuem um arsenal de estratégias de vivência em sociedades patriarcais, nas quais elas têm impedida ou bloqueada a sua participação social, tendo que se adaptar, de diversas maneiras, à vida laboral e doméstica, como mulher.

Porém, a partir da fala daquela imigrante haitiana, percebe-se que o trabalho se sobrepõe a quaisquer outras questões para os imigrantes na sociedade brasileira, visto que o principal objetivo deles é a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, as mulheres se submetem às precárias condições de trabalho, com o objetivo de garantir respostas para às suas necessidades básicas e de sua família que, quase sempre, aguarda o envio de remessas, especialmente em dinheiro.

Um dos aspectos que chama atenção é que as duas mulheres entrevistadas apresentaram críticas mais contundentes em comparação aos depoimentos masculinos que, por sua vez, ressaltaram certa cordialidade diante de conflitos. As problematizações de algumas das dificuldades, tanto de inserção, no caso da bengalesa, em que são realçadas diferenças estéticas e culturais das mulçumanas em relação às brasileiras quanto de permanência, caso da haitiana que não só denuncia práticas discriminatórias, exposição aos riscos e adoecimento dos imigrantes haitianos pelo trabalho (movimentos repetitivos e serviços de limpeza que exigem bastante articulação e flexão dos membros), mas também ações políticas de defesa dos imigrantes e de suas condições de trabalho são indicativos de uma face da migração feminina que articula economia e política no contexto das relações de gênero e da imigração.

Nesse sentido, a convivência com brasileiros e até com imigrantes na esfera do trabalho os auxilia no processo de integração à sociedade brasileira; sua percepção da nova sociedade; apreensão do idioma e costumes brasileiros. Dito isso, as redes de apoio e solidariedade entre os imigrantes apresentam-se como um recurso para estes sujeitos enfrentarem as vicissitudes da vida cotidiana, sendo também mediadoras para o acesso aos direitos sociais e também ao trabalho.

3.2 As convergências vivenciadas pelos imigrantes no acesso ao trabalho

Os dados apontaram que, enquanto convergências entendidas como aspectos recorrentes nas entrevistas, a Região Metropolitana de Londrina, alvo do estudo, é reconhecida pelos imigrantes pela sua dinamicidade econômica e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, além da concentração de redes migratórias nos municípios de pequeno e médio porte.

No cenário internacional, o Brasil tem se destacado como o principal exportador de carne de frango, sendo o segundo no mundo que mais produz esta carne (ABPA, 2018). Segundo dados do Relatório anual da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o estado do Paraná é o responsável por 37,20% da quantidade de abate de carne de frango de todo o país, sendo que também se apresenta na primeira posição entre os estados que mais exportam esta carne, deixando Santa Catarina e Rio Grande do Sul em segunda e terceira posição, respectivamente (ABPA, 2018). Neste sentido, a Região Metropolitana de Londrina se destaca com a presença de cerca de seis frigoríficos de abate de aves, nos municípios de Arapongas, Jaguapitã e Rolândia.

Além desta possibilidade, o desenvolvimento da construção civil e do agronegócio, sobretudo na produção de grãos (UTFPR, 2017; AGUILAR et al., 2018), também destacam a região de Londrina no cenário nacional como potencializadora para o futuro dos imigrantes. No que se refere a oferta de vagas de trabalho nas cidades desta Região, o setor de serviços, de indústria de transformação, de construção civil e agropecuária representam a variação mais positiva de oferta de emprego no mês de janeiro de 2019 (RAMBALDUCCI; SONOMURA, 2019).

Dessa forma, fica evidente que as oportunidades de trabalho e renda são determinantes no projeto migratório dos imigrantes recentes na Região e de um movimento de reforço à interiorização das migrações. Assim, reafirma o trabalho e sua oferta como fator principal para a estabilização da Região enquanto um polo de recepção destes imigrantes. Porém, também é preciso considerar que para os imigrantes recém-chegados, a presença de redes migratórias já consolidadas nestes municípios auxilia no processo de migração, da própria adaptação e da inserção no mercado de trabalho, como o sujeito haitiano desta pesquisa relatou:

O Paraná não paga tão bem quanto São Paulo. Mas, emprego não falta e as pessoas estão vindo... a pessoa pode chegar em São Paulo ficar um ano ou seis meses sem fazer nada, sem conseguir um emprego. Mas, aqui é difícil a pessoa ficar dois meses sem trabalhar, pouco que seja, a pessoa acha alguma coisa pra fazer, um fala com o outro e é isso que atrai os haitianos aqui (Imigrante haitiano entrevistado pela presente pesquisa).

A presença das redes migratórias são de suma importância e apoio para

possibilitar a vinda e a estabilização destes imigrantes, mas também mantêm os limites inerentes à condição de classe – que possui recursos mínimos para ajudar, geralmente dividindo o que já é escasso, ou seja, não é suficiente para garantir a permanência desses imigrantes no país (VILLEN, 2015, p. 257).

Além disso, para compreender o processo de interiorização, por meio dos estudos de Mamed (2016), há de se reconhecer a grande contribuição das empresas do interior brasileiro interessadas na mão de obra barata e qualificada do migrante, no sentido em que muitos empregadores foram até o Acre e ao Amazonas, estados de maior entrada dos haitianos, para contratar esta mão de obra e, de certa forma, ficar responsável pelo deslocamento desses imigrante até a Região Sul e Sudeste deste país².

No que diz respeito as inserções no mundo do trabalho, a haitiana e o haitiano entrevistados creditaram a condição de desempregados como uma responsabilidade individual por motivos como: dificuldades com o idioma português; ausência de “adaptação” aos costumes locais e questões valorativas. Cabe notar que a imigrante haitiana enfatiza, em seu discurso, a condição do ser imigrante e as relações raciais no Brasil. Percebe-se que, ao particularizar as razões do emprego ou do desemprego, os imigrantes se afastam da perspectiva de classe e dos conflitos nela contidos. Embora reconheçam a crise econômica do Brasil, imediatamente reportam-se a atributos ou eventos pessoais que envolvem imigrantes como sustentação para as dificuldades enfrentadas no acesso ao trabalho.

Todavia, embora as informações diversas sobre a empregabilidade dos imigrantes, é mister ampliar as análises no contexto atual de desemprego estrutural global e no Brasil. Polito (2019) amparado nos dados da Pnad contínua/IBGE, demonstrou que em 2018 havia 12,8 milhões de pessoas desempregadas, número 90,3% superior ao ano de 2014. Da mesma forma, Saris (2018) ao publicizar os dados das autorizações sobre visto de trabalho no Brasil, no período de 2011 a 2016, demonstra uma queda, sendo no primeiro ano, 66.033 autorizações temporárias e 2.660, permanentes e, no último, 27.298 e 1.360

respectivamente. A morosidade dos órgãos oficiais na concessão dos vistos deve ser incluída no conjunto das exposições referentes à inserção e condições de trabalho, já que a indocumentação os empurra à informalidade e à condições análogas ao trabalho escravo.

Insiste-se que, do ponto de vista da relação entre trabalho e imigração, os dados sintéticos podem ocultar uma face perversa do “trabalho a qualquer preço” e em qualquer condição; ainda revela uma fratura entre a classe trabalhadora e suas frações nacionais, bem como entre os trabalhadores imigrantes, naturalizando situações de exploração ou desproteção sob o julgo do “não nacional”.

Um aspecto semelhante ainda pode ser evidenciado quanto a adaptação imediata e incondicional dos imigrantes as exigências do trabalho. Mesmo sendo especializados, os trabalhadores ocupam postos de trabalho inferiores às suas qualificações, bem como expressam a necessidade de colaboração com o empregador para garantia do emprego, já que “são imigrantes e precisam trabalhar”, discurso unívoco dos informantes dessa pesquisa.

Para esses trabalhadores e trabalhadoras, adaptação incondicional significa o abandono de sua condição humana, notadamente no que diz respeito à saúde. Conforme Silva (2011) em estudos sobre trabalho e imigração na França, também neste país estudos comprovaram que os imigrantes em geral estavam mais expostos que os trabalhadores franceses à riscos à saúde, como a manipulação de produtos químicos.

A impossibilidade de ausência para consulta médica, mediante a suspensão desse serviço em muitas empresas brasileiras, soma-se a implacável tolerância à dor física e mental. Do ponto de vista da saúde, corrobora-se com pesquisas que apontam que os imigrantes tendem a ser saudáveis mediante as exigências postas pela própria migração (BETTIOL LANZA et al, 2018). No entanto, o adoecimento no processo de inserção no país de acolhimento tem sido recorrente. Aspectos como alimentação e trabalho foram indicados pelos informantes como justificativas para o acesso à saúde. Tomando como referência o estudo de Silva (2011), na realidade estudada há uma simbiose entre saúde mental e o trabalho.

Os sintomas físicos como dores musculares, problemas respiratórios e do aparelho digestivo podem ser identificados como resposta de um corpo físico que nunca para e ignora seus sinais, mas ao mesmo tempo, a subjetividade do imigrante e de seu corpo espiritual e político se desdobram em adoecimento mental, embora não seja permitido a ele, sequer, mencioná-lo. Categorias como apagamento ético, desfiliação e instabilidade social³ (SILVA, 2011) também podem ser aplicadas à esses trabalhadores, bem como uma semelhança com as próprias problematizações de Sayad (1998) sobre os efeitos do exílio na construção da subjetividade do imigrante argelino.

Desse movimento emerge a autorresponsabilização dos próprios trabalhadores pela ausência do trabalho, que pode ser identificada em relação ao conjunto da classe trabalhadora. São muitas faltas que possuem e os tornam

empregáveis. No caso dos informantes da pesquisa, ser mais obediente que os brasileiros; realizar mais e múltiplos trabalhos; não se queixar e aceitar passivamente qualquer norma ou solicitação pelo empregador ou chefe imediato foram recorrentes, inclusive pelo empresário imigrante quando ressalta a preferência pelo funcionário imigrante ao brasileiro, já que os primeiros aceitam “melhor” as ordens e alterações nas rotinas laborais. A autorresponsabilização, portanto, articula o medo da demissão com a destituição do ser político.

Sob a simultaneidade da sedução e da coação, a adesão a uma servidão voluntária, na qual a subjetividade está profundamente envolvida, é apontada como consequência final [...] Essa servidão expressaria não só a renúncia aos próprios valores e desejos, mas também a aceitação passiva da submissão servil como única alternativa de sobreviver no contexto fixado pela dominação neoliberal (SILVA, 2011, p.475).

Sendo um imigrante, o contexto acima adquire novos contornos acerca da sua dimensão política. Impedido de acessar os direitos políticos legalmente, mas como componente de seu ser integral, a sua condição de “não nacional” inibe ou torna frágil tal exercício. Primeiro porque o próprio imigrante teme se expressar, posto que não se ilude quanto à sua vulnerabilidade e, em segundo, porque também são negligenciados pelos diversos setores: público, populares e sindicais. Afirma-se isso com base nas informações dos próprios imigrantes quanto ao acolhimento dos mesmos pelas entidades sindicais, pelos próprios movimentos sociais e pelo Estado, conforme já indicado. À margem dos espaços decisórios coletivos, governamentais e não governamentais, suas condições objetivas de vida e trabalho, sua provisoriade definitiva, poderiam os imigrantes falar? Seria possível no novo território o reestabelecimento de sua dimensão política do ponto de vista coletivo?

Não há pretensão de responder a tais questões, posto que são novas tarefas de pesquisa. Algumas hipóteses permitem indicar que o movimento da despolitização da vida social presente na sociedade brasileira, como um todo, contribui e se adequa ao silenciamento dos imigrantes, no sentido de que justificaria sua não implicação na participação da vida política em sentido ampliado. Outra hipótese é que a coletivização, como um dos componentes da condição humana, não tem na política o seu ponto de partida, mas sim na fé, provocando novas e profundas análises sobre a problemática das religiões e religiosidades no campo da migração. Por fim, a sociabilidade dos imigrantes caminha para a endogenia em contraponto da necessária construção de espaços e ações comuns, entre brasileiros e imigrantes, que possam avançar no sentido do que nos une e não naquilo que nos separa.

4 CONCLUSÕES

A força de trabalho do imigrante continua representando importante papel na dinâmica capitalista global. Assim, as direções e rotas migratórias fazem parte da mobilidade do trabalho e são determinantes na instalação dos migrantes nos territórios. Todavia, a sua vinculação à classe trabalhadora nacional ainda é um desafio a partir da presença de convergências e divergências encontradas nos dados da pesquisa em curso. Mais, as reproduções de ordem patriarcal representam um fator importante para a análise do acesso das mulheres imigrantes ao trabalho e as condições que se submetem, uma vez que, perpassado pela divisão sexual do trabalho, as mulheres vivenciam duplas jornadas de trabalho e oportunidades de inserção no mercado de trabalho no âmbito doméstico ou vinculado ao mercado de cuidados.

Foi possível identificar também aspectos como a autorresponsabilização dos imigrantes, bem como sua adaptação imediata e incondicional a todo e qualquer trabalho que, não raras vezes, os tornam vulneráveis à superexploração e ao adoecimento físico e mental, com impactos na própria condição social, sendo a dimensão e o exercício político dos mesmos bastante afetados. Por fim, a pesquisa permitiu refletir acerca dos imigrantes como parte da classe que vive do trabalho mas que, ao mesmo tempo, agrega aos desafios já postos para a unidade classista outros que têm, nas particularidades do trabalhador imigrante, necessidades de investimento tanto teórico como prático, o que implica em maior publicidade da presença dos imigrantes recentes no Brasil em seus múltiplos territórios tanto do ponto de vista público como dos movimentos sociais e das entidades políticas e de defesa do trabalho.

NOTAS

¹ Este artigo publiciza resultados parciais da Pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: construção do acesso às políticas de Seguridade Social” do Grupo de Pesquisa do CNPq “Serviço Social e Saúde: formação e exercício profissional”. Conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 por meio da concessão de bolsa, além do apoio financeiro da Fundação Araucária no projeto de pesquisa citado.

² Porém, com a recente intensificação do fluxo migratório venezuelano, este processo de interiorização tem sido estimulado pelo próprio governo brasileiro. Por meio de uma iniciativa de uma parceria do governo federal com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e também instituições da sociedade civil, em abril de 2018 se iniciou a estratégia de interiorização dos imigrantes venezuelanos pela Operação Acolhida, que visa a promoção da transferência de venezuelanos da região Norte do Brasil, porta de entrada destes imigrantes, para outras cidades do país, como Brasília, Cuiabá, Manaus, Porto Alegre, São Paulo. Esta operação é planejada a partir de oportunidades de

inserção no mercado de trabalho, e o fortalecimento de redes de acolhimento das cidades de destino, estruturação de abrigos de acolhimento. (ONUBR, 2018). Segundo a ONU/BR (2019), cerca de 5 mil venezuelanos já fizeram parte deste processo de interiorização.

³De forma geral, o apagamento ético se relaciona com a competição; medo; perda de confiança e dignidade. Desfiliação, por sua vez, envolve a perda de vínculos e a mínima resistência e, por fim, a instabilidade social que envolve a fragilidade dos direitos sociais. Para aprofundar: ver SILVA (2011).

REFERÊNCIAS

- ABPA. **Relatório Anual 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-anuais/2018>> . Acesso em: 20 mar 2019.
- AGUILAR, D.T. et al. Trabalho, classe e imigração. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS MIGRATÓRIOS, n. 1, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 452 – 469.
- ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Rev. Estudos avançados**, v. 13, n. 89, p. 51 – 60, jan./abr. 2017.
- BETTIOL LANZA, L.M et al. Os imigrantes internacionais na região metropolitana de Londrina: os mitos e os fatos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, n. 16, Vitória. **Anais do XVI ENPESS “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”**. Vitória/ES: ABEPSS/CFESS, 2018.
- BETTIOL LANZA, L.M.; SANTOS, A.B.; RODRIGUES, J.R. Imigração, território e as políticas de seguridade social. **Argumentum**. Vitória, v. 8, n. 3, p. 54 - 66, set/dez 2016.
- BRANDÃO, C.A. Crise e rodadas da neoliberalização. **Cad. Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 43 - 69, jan./abr. 2017.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

- MAMED, L.H. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 78 - 90, set./dez. 2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 9 ed. São Paulo: Global, 2000.
- MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NUNES, L.A.G. **Migração e Trabalho**: O caso dos haitianos em Cascavel/PR. Londrina, 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2018.
- ONU/BR. **Agências da ONU continuam a apoiar o governo brasileiro na interiorização de venezuelanos**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-continuum-a-apoiar-o-governo-brasileiro-na-interiorizacao-de-venezuelanos/>> . Acesso em: 20 mar. 2019.
- ONU/BR. **Interiorização renova sonhos e cria oportunidades para mais 5 mil venezuelanos no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/03/19/interiorizacao-venezuelanos-sonhos-oportunidades/>> . Acesso em: 20 mar. 2019.
- POLITO, R. **População desocupada é quase o dobro do que era em 2014**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://valoreconomico.com.br>> . Acesso em: 28 mar. 2019.
- RAMBALDUCCI, M; SONOMURA, W. M. **Acompanhamento e análise mensal do mercado de trabalho nas principais cidades da região metropolitana de Londrina (referência dez. 2018)**. Londrina, 2019. Disponível em: <www.utfpr.edu.br/londrina/...londrina/...regiao-metropolitana/relatorio>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- SARIS; S. A força de trabalho que vem de longe. **Jornal Folha de Londrina**, Londrina, 14 maio 2018. Folha Geral, p. 5.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo, Cortez, 2011.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2009.
- UTFPR. Universidade Tecnológica do Paraná. **Nota à imprensa**. Londrina, 2017. Disponível em: <www.utfpr.edu.br/londrina/...londrina/...regiao-metropolitana/relatorio>. Acesso em: 19 set. 2018.
- VILELA, E.M; COLLARES, A.C.M; NORONHA, C.L.A. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. **RBCS**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 19 – 43, fev. 2015.
- VILLEN, P. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 21, p. 247 – 264, nov. 2015.

RESUMO

Desde 2012, a Região Metropolitana de Londrina-PR tem recebido fluxos de imigrantes de diferentes nacionalidades em seu território, tendo seu dinamismo econômico e social uma das justificativas para constante presença dos mesmos. A partir da pesquisa em curso desde 2016, é possível inferir que tais fluxos estão vinculados a posição do estado do Paraná em termos de acesso ao trabalho, que tem no referido universo de pesquisa, diversos frigoríficos de abate de aves, bem como a construção civil como geradores potenciais de emprego, mesmo em contexto de crise econômica. O objetivo do artigo foi identificar as divergências e convergências na ótica de imigrantes acerca do acesso ao trabalho na Região Metropolitana de Londrina-PR. Para isso, a pesquisa contou com recursos quanti e qualitativos, combinados entre 108 formulários aplicados a imigrantes, quatro entrevistas em profundidade com imigrantes haitianos, um homem e uma mulher, um casal de bengaleses e um colombiano.

Palavras-chave: haitianos, bengaleses, colombianos, mundo do trabalho, divergências, convergências.

ABSTRACT

ince 2012, the Metropolitan Region of Londrina-PR has received flows of immigrants of different nationalities in its territory, having its economic and social dynamism, one of the justifications for their constant presence. From the research in progress since 2016, it is possible to infer that such flows are linked to the position of the state of Paraná in terms of access to work, which has in the said research universe, several slaughterhouses for poultry, as well as civil construction as potential job generators, even in the context of an economic crisis. The objective of the article was to identify the divergences and convergences in the perspective of selected immigrants regarding access to work in the Metropolitan Region of Londrina-PR. To this end, the survey relied on quantitative and qualitative resources, combined between 108 forms applied to immigrants, four in-depth interviews with Haitian immigrants, a man and a woman, a Bengali couple and a Colombian.

Keywords: Haitians, Bengali, Colombians, world of work, divergences, convergences.